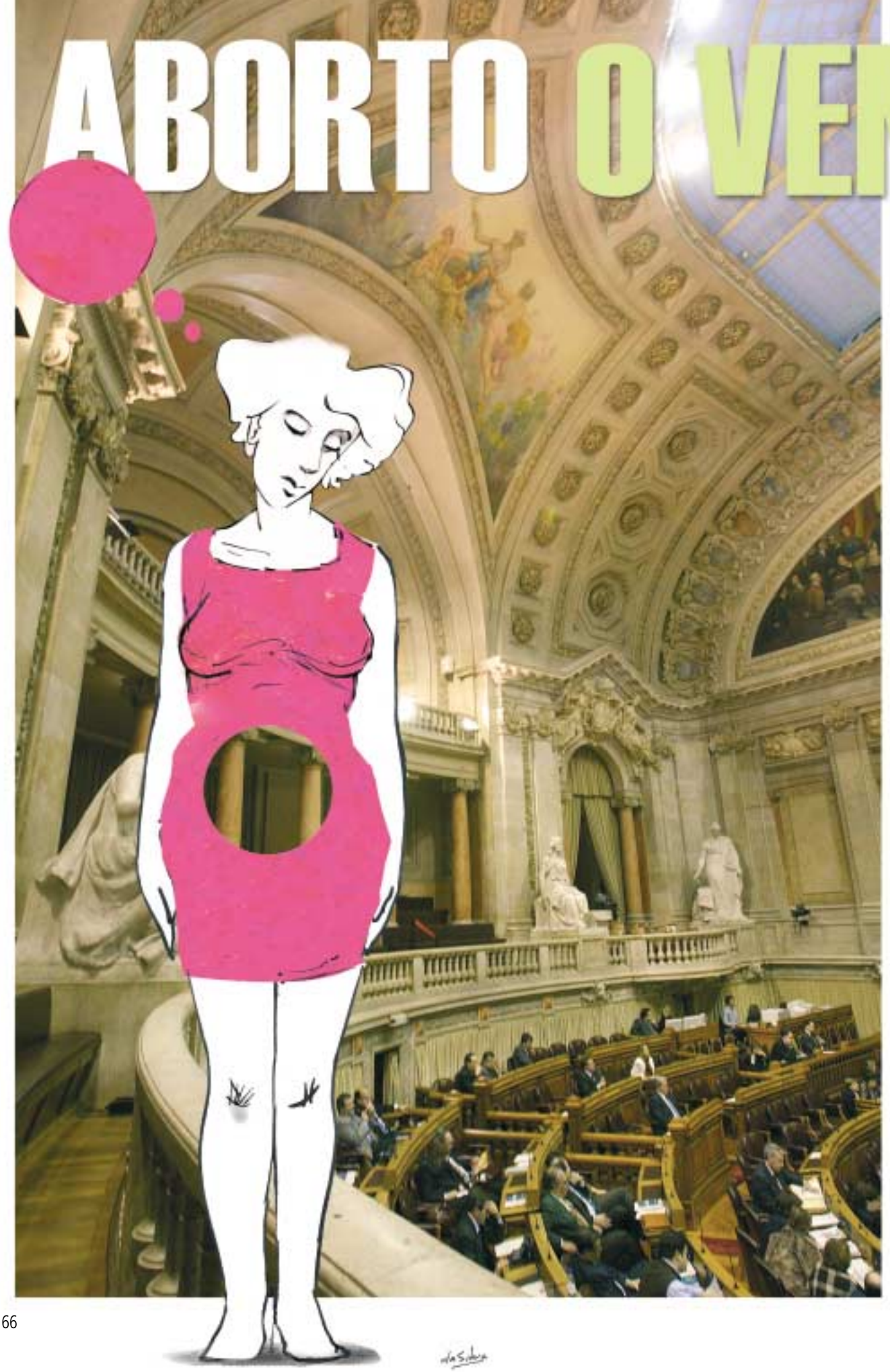
ABORTO O VEN



TRE da QUESTÃO

Reacende-se o debate, invocam-se os argumentos de sempre: há que combater as causas do aborto. Mas, desde o referendo de 1998, o que mudou? Numa altura em que propostas e intenções estão na fase do baralha e volta a dar, a VISÃO faz o balanço dos avanços e recuos, e de promessas que se repetem há mais de 20 anos. Uma discussão que, em Portugal, continua vazia de esperanças

PATRÍCIA FONSECA

A 3 de Março, a discussão sobre o aborto regressa ao Parlamento por iniciativa do PCP, na sequência de uma petição de 121 mil portugueses que exigem uma nova consulta popular. O Governo rejeita a ideia mas a iniciativa ressuscitou o debate público e recuperou velhas reivindicações. Seis anos após o referendo, e no ano em que se assinalam duas décadas sobre a aprovação das primeiras leis relativas à educação sexual, planeamento familiar e despenalização do aborto, o tema volta a dividir a classe política e a sociedade portuguesa.

Indiferentes à passagem do tempo, os argumentos que reúnem os consensos da esquerda e da direita são repetidos até à exaustão: é preciso combater as causas do aborto, promover o planeamento familiar, a educação sexual e uma verdadeira política de apoio às famílias. A VISÃO seleccionou estes quatro temas e foi em busca das medidas que os sucessivos governos apresentaram, dando especial atenção às anunciadas no período pós-referendo. Sabia que existem leis aprovadas há mais de 20 anos que nunca foram aplicadas? Que o ensino pré-escolar devia ser gratuito mas é mais caro do que o ensino superior? E que uma em cada 200 jovens, entre os 15 e os 19 anos, já abortou? Descubra as diferenças, preto no branco, entre o que ditam as leis e o que nos oferece a realidade.

ABORTO

• No papel

– Em 1984 é aprovada a lei que permite a IVG em determinadas circunstâncias (risco de vida ou da saúde física e psíquica da mulher, violação, malformação do feto) e estabelece a pena de três anos de prisão para a grávida que abortar
– Em 1996, o Ministério da Saúde ordena um inquérito para apurar a forma como a lei está a ser aplicada
– Em 1997 são alargados os prazos para a IVG em casos de malformação do feto
– Em 1998 é aprovada uma lei que permite a IVG, a pedido da mulher, até às dez semanas de gravidez, realizada em estabelecimento legal de saúde
– Em 1998 é realizado um referendo sobre a matéria – a taxa de abstenção de 68,1% impede que os resultados sejam vinculativos (Sim – 49,1%; Não – 50,9%)
– Em 1998, o Ministério da Saúde publica uma portaria que responsabiliza e obriga os hospitais a cumprir a lei em vigor
– Em 2002, o Parlamento aprova a realização de um estudo nacional sobre a realidade da IVG – legal e clandestina –, educação sexual e planeamento familiar

• Na vida real

– As extrapolações das estatísticas internacionais indicam que se realizarão em Portugal, todos os anos, cerca de 20 mil abortos clandestinos
– Portugal é, a par da Irlanda, o único país da União Europeia que não permite a IVG a pedido da mulher
– Em 2002, um inquérito a sete mil adolescentes revela que uma em cada 200 jovens, entre os 15 e os 19 anos, já abortou
– Em 2002, o Parlamento Europeu recomenda «a legalização do aborto em todos os Estados-membros da União, para eliminar os riscos decorrentes das práticas ilegais»; é ainda pedido aos Estados «que não processem as mulheres que tenham praticado abortos ilegais»
– Em 2002, as Nações Unidas anunciam a sua preocupação «com as leis de aborto restritivas em Portugal, em particular porque os abortos clandestinos têm sérios impactos negativos na saúde das mulheres e no seu bem-estar»
– Em 2003 dão entrada nas urgências dos hospitais cerca de 11 mil mulheres com complicações pós-aborto; 5 mulheres morreram
– Entre 2001 e 2004 sucedem-se os julgamentos por crimes de aborto – os casos da Maia e de Aveiro são os mais mediáticos
– Em 2003, o Presidente da República concede um indulto à principal arguida do caso da Maia, a parteira Maria do Céu
– A lei de 1984 demorou 14 anos a ser regulamentada; em muitos hospitais ainda não é cumprida
– Existem hospitais em que todo o corpo clínico é objector de consciência, recusando-se a aplicar a lei; o próprio código de Ética da classe proíbe a realização do aborto (a sua alteração esteve anunciada em 1998 e volta a ser prometida no início de 2004)
– O estudo da Assembleia da República (AR) não avançou
– Em 2003, 121 mil pessoas assinam uma petição, entregue na AR, para a realização de um novo referendo
– Em 2004, o movimento Mais Vida, Mais Família lança uma petição, a entregar até 3 de Março na AR, para a adopção de medidas mais restritivas na lei do aborto e o reconhecimento da vida desde o momento da concepção

PLANEAMENTO FAMILIAR

• No papel

– Em 1976 é aprovado o Planeamento Familiar
– Em 1984 e 1985 estabelece-se a gratuitidade das consultas e dos contraceptivos
– Em 1999, uma portaria do Ministério ▸

da Saúde define um prazo máximo de oito dias para marcação de consultas de planeamento familiar nos centros de saúde e hospitais
– Em 1999 é publicada a lei que reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva, nomeadamente no acesso ao planeamento familiar e a métodos contraceptivos, para prevenir gravidezes indesejadas e combater doenças sexualmente transmissíveis
– Em 2001 é autorizada a venda de contracepção de emergência, mediante receita médica
– Em 2002 já é permitida a venda livre da pílula do dia seguinte

• Na vida real

– Em 2003, cerca de 80% das mulheres em idade fértil recorrem à contracepção (nos anos 80, a maioria praticava o coito interrompido)
– O acesso ao planeamento familiar duplicou nos últimos dez anos (em 2002 foram realizadas 740 mil consultas)
– O tempo de espera para uma consulta de planeamento familiar pode ser de vários meses e a gratuitidade do atendimento não é respeitada em todo o País
– Em 2002, os gabinetes de planeamento familiar distribuem cerca de 7,6 milhões de embalagens de contraceptivos orais – ainda assim, a ruptura de *stocks* é frequente; as margens de lucro na venda de anticoncepcionais são ainda elevadas, atingindo os 800% no caso dos preservativos
– Em 2003 são vendidas cerca de 140 mil embalagens da pílula do dia seguinte
– Em 2004, os movimentos pró-vida lançam uma petição para proibir a venda da pílula do dia seguinte
– Em 2004, os movimentos pró-despenalização lançam uma petição para a legalização da pílula abortiva (RU-486), mediante prescrição médica

EDUCAÇÃO SEXUAL

• No papel

– Em 1984 é aprovada a lei que institui a Educação Sexual nas escolas
– Em 1991, no âmbito da chamada «Reforma Roberto Carneiro», nasce a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, onde a sexualidade poderia ser abordada
– Em 1995 inicia-se um projecto experimental de Educação Sexual nas escolas,

LUCÍLIA MONTEIRO

LUSA/PAULO NOVAIS

PAULO CARRIÇO

■ **BARALHA E VOLTA A DAR** Os argumentos de sempre, as vítimas do costume – desde há seis anos que o País se entretém numa discussão circular sobre o aborto

LUCÍLIA MONTEIRO

■ **JULGAMENTO DE AVEIRO** Absolvição colectiva, aplaudida pela esquerda e pela direita

REUTRES/JOSÉ MANUEL RI-

ESTELA SILVA

■ **PROMESSAS COM 20 ANOS** O problema do aborto eterniza-se. E as mulheres é que pagam

PARLAMENTO

O dia do chumbo anunciado

Desta vez não se contam espingardas. Não se engendram conspirações para adivinhar quem, entre os deputados do PSD, votará a favor da despenalização do aborto, e quem, no PS, vota contra. Porque a guerra da próxima quarta-feira, dia 3, está perdida para os apoiantes do «sim». A inédita disciplina de voto na bancada social-democrata impõe a rejeição de três projectos-leis e dois projectos de resolução da oposição, e de uma petição assinada por 121 mil pessoas a pedir um novo referendo. Para atenuar os efeitos da reprovação dos diplomas, os dois partidos da maioria elaboraram um projecto de resolução com o objectivo de combater as causas que levam uma mulher grávida a abortar. A principal proposta é a criação de uma disciplina de Educação para a Saúde, obrigatória e com avaliação, do 3.º ao 9.º ano. Os três documentos da oposição diferenciam-se entre si nos prazos de despenalização do aborto. Os comunistas e os bloquistas propõem as primeiras 12 semanas de gravidez como limite. Os socialistas restringem-no às 10 semanas e após uma consulta num Centro de Acolhimento Familiar. De resto, os três partidos alargam o prazo das 12 para as 16 semanas, em caso de perigo de morte ou grave lesão física ou psíquica para a mulher. PCP e BE prolongam-no até às 24 semanas, em caso de vítimas de violação menores ou com anomalia psíquica. Os diplomas são quase idênticos aos discutidos em anos anteriores. Além dos três projectos-leis, serão votados dois projectos de resolução (PS e BE) que recomendam um novo referendo. As perguntas que sugerem são semelhantes à proposta pela petição dos cidadãos: «Concorda que seja descriminalizado o aborto nas primeiras dez semanas de gravidez, com consentimento da mulher, em estabelecimento legal de saúde?» Pelo menos até 2006, é certo que os portugueses não vão ter oportunidade de responder a esta pergunta.

ALEXANDRA CORREIA

em parceria com a Associação de Planeamento da Família (APF)
– Em 1999 é aprovada nova legislação e instituída a transversalidade da Educação para a Saúde Sexual e Reprodutiva
– Em 2000 regulamenta-se a lei de 1999 e são publicadas as linhas orientadoras para o ensino da nova disciplina; o Ministério da Educação (ME) assina um protocolo com a APF, para formação de professores e acções de esclarecimento na área; é criada a Rede de Escolas Promotoras de Saúde
– Em 2002, o ME celebra um protocolo com o Movimento de Defesa da Vida, para acções de formação sobre Educação Sexual nas escolas
– Em 2003, o ME assina um protocolo com a Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida para acções de informação junto de alunos, pais e professores
– Em 2004 é apresentado um projecto de resolução, do PSD e do PP, para que o modelo vigente seja abandonado e substituído por uma área curricular obrigatória de Formação e Desenvolvimento Pessoal

• Na vida real

– Portugal é o país da União Europeia com maior número de jovens infectados pelo HIV e o segundo com maior taxa de mães adolescentes
– Muitas escolas e professores desconhecem a legislação existente e a obrigação da inclusão da Educação Sexual nos planos curriculares das turmas
– Não existe um levantamento das escolas que respeitam a lei, nem foram realizadas diligências para que a cumpram
– A APF desenvolveu actividades de formação que abrangeram, até 2003, mais de 900 escolas e cerca de 13 400 profissionais
– O Ministério da Educação não fez nenhuma avaliação da experiência dos últimos anos
– A Comissão de Coordenação da Promoção e Educação para a Saúde está inactiva, sem responsável há mais de um ano; o projecto da Rede de Escolas Promotoras de Saúde, que mobilizava 700 estabelecimentos de ensino, foi abandonado

POLÍTICAS DE APOIO À FAMÍLIA

• No papel

– Em 1982 são criadas a Secretaria de Estado da Família, a Direcção-Geral da Família, a Comissão Interministerial da Família e o Conselho Consultivo para os Assuntos da Família
– Em 1984 é aprovada a lei de Protecção da Maternidade e Paternidade, que estabelece a licença de parto de 90 dias e o acesso gratuito aos serviços de saúde
– Em 1996 é criado o cargo de Alto Comissário para as Questões da Igualdade e da Família
– Em 1997 é publicada a Lei Quadro da Educação Pré-Escolar
– Em 1998 é aprovada a lei que estabelece a Garantia de Alimentos devidos a Menores
– Em 1999 é aprovado o Plano para uma Política Global de Família
– Em 2001 estabelece-se a igualdade de direitos para os casais em união de facto e é reconhecido o direito à adopção
– Em 2001 é aprovada uma lei que define medidas de apoio social às mães e pais estudantes
– Em 2003 é criado o cargo de Coordenador Nacional para os Assuntos da Família, o Conselho Consultivo para os Assuntos da Família e o Observatório para os Assuntos da Família
– Em 2003 são aprovadas alterações ao abono de família, para beneficiar as famílias com menos rendimentos

• Na vida real

– A taxa de natalidade em Portugal tem vindo a decrescer todos os anos, não assegurando já a substituição de gerações; em 2002 o sistema educativo tinha menos 100 mil alunos do que em 1992; a população portuguesa terá menos um milhão de pessoas em 2050 e estará ainda mais envelhecida, havendo 2,5 idosos por cada jovem
– As propostas feitas pelos detentores dos inúmeros cargos, criados no âmbito de políticas de família, ao longo dos anos, foram praticamente ignoradas pelos governos
– Nunca foram regulamentadas inúmeras alíneas da lei de 1984, nomeadamente as que previam a possibilidade de pais com um ou mais filhos menores de 12 anos terem direito a trabalhar em horário reduzido ou flexível; ou a obrigação do Estado em criar uma rede nacional de equipamentos gratuita para a guarda e educação de crianças em idade pré-escolar
– O ensino pré-escolar ainda é mais caro do que o ensino superior
– O Plano para uma Política Global de Família não se traduziu em medidas concretas
– As alterações ao regime do abono de família penalizam as famílias com menos recursos que tenham mais de dois filhos, reduzindo até 20% o valor da prestação, em relação ao modelo anterior (cerca de 75% das famílias com mais de dois filhos têm rendimentos na ordem de 1,5 salário mínimo nacional)
– Em 2004 foram anunciadas as intenções de estender a licença de parto para cinco meses, contra 80% do salário, e de financiar em 95% os Centros de Apoio à Vida, fundados pelos movimentos contra a despenalização do aborto (e pelo ministro Bagão Félix), que prestam assistência a grávidas em dificuldades ■

A CRUZ DO ABORTO

Os movimentos pró-vida descobriram uma nova bandeira: o trauma pós-aborto. Um estudo português diz que este distúrbio afecta uma minoria, mas alerta

PATRÍCIA FONSECA

'Estou há anos a tentar colar os cacos da minha vida, mas o vaso está sempre partido...» É preciso esperar que o coração desaperte um bocadinho para que Luísa, 52 anos, consiga prosseguir e recordar os quatro abortos, feitos entre 1976 e 1981, pressionada pelo marido, que não desejava mais filhos e a sujeitava a maus tratos. Até há poucas semanas, este era um assunto tabu, mantido em segredo num recanto obscuro das suas memórias. Um médico conseguiu, então, que Luísa verbalizasse a «mágoa indescritível» que pauta os seus dias, desde há mais de 20 anos. «Tenho vivido com uma grande revolta e um enorme sentimento de perda», confidencia, entre lágrimas. «Se hoje falo, é porque tenho esperança de que o meu depoimento sirva de alerta para outras mulheres: que não abortem, para não terem de viver este drama.»

O drama a que Luísa se refere foi baptizado pelos psicólogos de «trauma pós-aborto». Segundo o único estudo realizado em Portugal, da autoria de Isabel Leal, professora no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, a perturbação afecta 20% das mulheres que interromperam uma gravidez e os sintomas são em tudo semelhantes aos do distúrbio pós-traumático de stresse – o aborto é revivido, recorrentemente, muitas vezes como se estivesse a acontecer de novo, tal como sucede com os ex-combatentes de guerras, quando experimentam fenómenos de *flash-back*.

Os sintomas descritos em todos os estudos internacionais sobre a matéria são coincidentes (depressão, perturbações do sono, choro convulsivo), mas não há consenso sobre o número de pessoas que afecta em todo o mundo. Também a comunidade científica não está imune à «guerra» entre movimentos pró-vida e pró-escolha...

Alívio 'versus' angústia

As conclusões de Isabel Leal indicam, no entanto, que a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) não é, por si só, uma experiência traumática para quem decidiu de forma livre e consciente – em 80% dos casos, o sentimento mais descrito é o de «alívio».

Segundo a psicóloga, o trauma pós-aborto afecta, sobretudo, as adolescentes (geralmente pressionadas por terceiros), as mulheres muito religiosas ou que recorreram ao aborto terapêutico. Mas, alerta, «os contextos morais e sociais são suficientes para culpabilizar e desencadear angústias importantes nas mulheres que resolvem de forma clandestina e penalizada interromper uma gravidez».

O ANTES E O DEPOIS Nos jornais, lado a lado com as clínicas espanholas de interrupção de gravidez, surgem agora anúncios de apoio ao trauma pós-aborto

Os casos de IVG previstos na lei parecem, curiosamente, ser dos mais susceptíveis de criarem distúrbios psicológicos em Portugal, algo que poderia ser evitado. «Acontecem situações inacreditáveis nos hospitais», considera Isabel Leal, que chefia também o serviço de Psicologia da Maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa. Desde logo, porque a técnica utilizada nos serviços públicos passa apenas por estimular as contracções do útero, provocando o parto, que se processa lado a lado com as mulheres que estão a dar à luz. Fazer nascer um feto malformado, ainda vivo, na mais completa solidão e sofrimento, é uma situação de um horror inigualável – agravado, nos casos em que aquele era um filho desejado, que se perde por motivos de saúde, por exemplo.

E que dizer das posições de alguns médicos, militantes dos movimentos pró-vida que, contra todas as indicações, tentam «salvar» os fetos abortados? Foi o caso de um pediatra lisboeta, que, recentemente, «resgatou» um feto de 24 semanas com malformações gravíssimas, o reanimou e colocou numa incubadora. A mãe havia sido aconselhada a interromper a gravidez, ao abrigo da lei, e entrou em estado de choque quando lhe colocaram nos braços um bebé prematuro, com múltiplas deficiências.

Apoio em anúncios de jornal

Foi após uma experiência traumática num hospital público, na sequência de um aborto espontâneo, que Eugénia Botelho decidiu criar um serviço de apoio psicológico às mulheres que abortaram. Fundadora da associação evangélica Sabor da Vida, é contra o aborto em todas as circunstâncias, mas entende que as mulheres merecem apoio e perdão. «Muitas vivem atormentadas pela culpa e pelo arrependimento, outras foram forçadas a fazê-lo ou não tinham informação suficiente para saber o que estava em causa... mas é possível ultrapassar essa dor», diz.

O telefone que surge num anúncio de jornal, desde o início de Fevereiro – logo depois da mensagem «Abortou? Experimenta depressão, vazio e desolação? Apoio grátis e confidencial» –, tocou apenas meia dúzia de vezes e os contactos foram quase todos de homens, pedindo conselhos para companheiras que consideravam interromper a gravidez. «O trauma pós-aborto ainda é pouco conhecido e esse é o meu principal objectivo: explicar o que é, para evitar mais sofrimento.» Só por uma vez ouviu, do outro lado da linha, o desespero de uma mulher que tinha abortado. Mas as lágrimas amordaçavam as palavras e o contacto durou poucos minutos.

O telemóvel de Cláudia Muller está também disponível, desde há dois anos, para os lamentos destas mulheres. Impulsionadora do movimento Vinha de Raquel, um programa norte-americano «importado» com o apoio do Patriarcado de

Lisboa, organiza retiros espirituais para vítimas de trauma pós-aborto – em Junho será realizado o quinto encontro deste género, no nosso país.

O programa surgiu como resposta ao vazio que encontrou, após o referendo de 1998, no apoio às mulheres que interrompiam a gravidez. «Socialmente, o sofrimento decorrente do aborto é visto como uma fraqueza. É uma fase de solidão sem paz», considera. Depois de muitas pesquisas, descobriu estes retiros e voou para os EUA, onde recebeu formação técnica para implementar o programa em Portugal.

O nome «Vinha de Raquel» denuncia a sua inspiração bíblica e todo o programa se baseia na «realização de exercícios psicológicos que ajudam a ultrapassar a dor», vivendo «uma partilha espiritual centrada na pessoa de Jesus Cristo, no perdão de Deus e na sua compaixão e misericórdia». Alguns destes exercícios passam por assumir a responsabilidade pela morte de um filho, dar-lhe um nome e pedir-lhe perdão. Os participantes são incentivados a escrever às crianças não nascidas, celebrar cerimónias fúnebres ou até erguer lápides em sua memória.

Os homens também sofrem

A fundadora deste programa, a psicóloga americana Theresa Burke, explicou à VISÃO que, apesar da sua matriz católica, os retiros já ajudaram muitas pessoas sem qualquer crença religiosa. «É uma terapia para a alma, muito eficaz em pessoas que se debatem com a dor e o arrependimento.»

Luís, 32 anos, encontrou nestes retiros um novo fôlego para ultrapassar o sofrimento. «Se não fosse a Vinha de Raquel, talvez me tivesse suicidado», confessa, nervoso. Há cada vez mais homens a procurar apoio psicológico na sequência de IVG das suas companheiras, sobretudo quando realizada contra a sua vontade. Esse não foi o caso de Luís. «A culpa é minha, também achei que assim resolveríamos um problema – afinal era o que todos me diziam. Mas fez nascer uma mágoa insuportável dentro de mim... Gostava de conseguir emprestar a dor que carrego, por cinco minutos, às pessoas que dizem que o aborto não tem mal. Tenho a certeza que, sentindo que mataram uma criança, mudavam imediatamente de opinião.»

Seguir estes programas, vestindo a pele de assassinos dos próprios filhos, não poderá ser demasiado violento, em termos psicológicos? Isabel Leal considera que, havendo liberdade para aceitar ou recusar a oferta destes movimentos, só dará esse passo quem se identificar com o discurso. «Se assim for, considero válida qualquer actividade que sirva de mediador entre as pessoas e as suas angústias.» ■

CRIME

O pecado morava ao lado

Durante anos, duas irmãs parteiras mantiveram um rentável negócio – a dois passos da Procuradoria-Geral da República. Estão agora com pulseira electrónica

TIAGO FERNANDES

'Venha em jejum.» Era este o primeiro item de uma lista de recomendações recitadas por Teresa e Clotilde (nomes fictícios), 58 e 61 anos, às mulheres que, em maior ou menor desespero, as procuravam. O papel das instruções, tal como o do preçário – 400 euros –, estava religiosamente colado na mesinha do telefone e entrava em acção sempre que o aparelho tocava. E tocou muito. Durante anos a fio, acredita o Ministério Público (MP), que, em Novembro passado, deteve as duas irmãs, enfermeiras parteiras, suspeitas da prática de dezenas de abortos ilegais com fins lucrativos.

Quanto a este último aspecto, os investigadores não têm dúvidas: as cerca de 20 mulheres que, semanalmente, as arguidas receberiam nos dois apartamentos – um em Lisboa e outro em Oeiras –, espelham um negócio com muitos zeros. Teresa e Clotilde terão até ajudado as autoridades a fazerem as contas. Das centenas de documentos apreendidos pela polícia, na sequência das buscas efectuadas nos alegados locais do crime, contam-se diversos recibos e extractos bancários. Ali, preto no branco, estariam denunciados investimentos imobiliários – como, por exemplo, um outro andar em Lisboa –, a compra de um automóvel topo de gama, despesas com estudos dos filhos e o pagamento de várias férias no estrangeiro. Os apartamentos estavam também decorados com luxuosos artigos. Despesas difíceis de explicar para quem diz ter na pensão de reforma e em alguns serviços de enfermagem ao domicílio a sua fonte de rendimento.

INÁCIO LUDGERO

CLÍNICA CLANDESTINA Este prédio da Rua da Escola Politécnica esteve vigiado pela polícia durante meio ano

'Clientes' fora da acusação

A vida não é feita de *ses* ou de cenários hipotéticos, mas este processo – cuja dedução de acusação está para breve – poderia ser o maior caso de aborto clandestino alguma vez julgado em Portugal, não fosse a investigação ter-se centrado apenas nas duas parteiras e não nas mulheres que a elas recorreram. Estas não foram constituídas arguidas.

Só nos últimos meses que antecederam a detenção, terão sido atendidas mais de uma centena de «clientes», a avaliar pelos registos na agenda de marcações – também apreendida – e pelas múltiplas chamadas telefónicas, captadas pelas escutas. O MP alega ter reunido elementos de há, pelo menos, seis anos, que provam a existência desta actividade.

Como nunca se terão registado complicações clínicas, o pretenso negócio manteve-se em segredo. Na verdade, este caso está longe da ideia da parteira de vão de escada ou da casa dos horrores: os apartamentos de Teresa e Clotilde estavam equipados com marquesas, material cirúrgico, anestesiante e esterilizante.

Haveria até uma confortável sala de espera e as enfermeiras, concluído o serviço, recomendariam às mulheres – a maioria na casa dos 20 e poucos anos, de médio-baixo escalão socioeconómico e algumas provenientes do Leste Europeu – que fizessem ecografias para despistar eventuais problemas.

Em Maio, cai uma denúncia anónima, no DIAP de Lisboa. Num primeiro inquérito – que acabou arquivado –, nem o véu de suspeita das autoridades terá feito as duas parteiras cessar a suposta actividade. Ou tão-pouco eliminar vestígios, como o amontoado de compressas e gazes ensanguentadas que a polícia ia encontrando nos contentores do lixo, à porta dos prédios de Oeiras e Lisboa (este último a dois passos da Procuradoria-Geral da República...) vigiados até Novembro. Era constante o corrupio de jovens a entrarem nos edifícios e a saírem, meia hora depois, com ar combalido.

Uma delas representou, a 28 de Novembro, os últimos cifrões para as parteiras. Os investigadores esperaram pela saída da cliente e detiveram as duas irmãs. Presentes ao juiz, Teresa e Clotilde negaram a autoria dos factos imputados. De pouco lhes valeu: foi decretada a sua prisão preventiva, substituída depois de mês e meio em Tires, por prisão domiciliária com pulseira electrónica. ■